



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

## AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

## SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 21/2013:

Altera os artigos 2, 3, 4, 5, 12 e 13 da Lei n.º 1/2013, de 7 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2013.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 21/2013

de 30 de Outubro

Tornando-se necessário proceder à alteração dos limites da receita e da despesa fixados no Orçamento do Estado para o ano de 2013, aprovado pela Lei n.º 1/2013, de 7 de Janeiro, a Assembleia da República, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *m*) do n.º 2 do artigo 179 da Constituição e do n.º 1 do artigo 34 da Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, determina:

### ARTIGO 1

#### (Alteração)

São alterados os artigos 2, 3, 4, 5, 12 e 13 da Lei n.º 1/2013, de 7 de Janeiro, que passam a ter a seguinte redacção:

### “ARTIGO 2

#### (Montantes Globais do Orçamento)

1. Os montantes globais do Orçamento do Estado para 2013, em mil Meticais, são os seguintes:

a) Receitas do Estado	120.492.305,71
b) Despesas do Estado	188.719.843,51
c) Défice	68.227.537,80

2. ...

### ARTIGO 3

#### (Limites orçamentais e sua fundamentação)

Constituem limites do Orçamento do Estado para o ano de 2013, os constantes nos mapas, em anexo, tomando

em consideração a respectiva classificação orçamental seguinte:

- a) Equilíbrio Orçamental – Mapa A;
- b) Receitas, por Nível – Mapa B;
- c) Despesas para Funcionamento e Investimento, por Nível – Mapa C;
- d) Demonstrativo por Objectivo Central do Programa Quinquenal do Governo, por Nível e por Despesas de Funcionamento e de Investimento – Mapa D;
- e) Demonstrativo por Programa do Governo, por Nível e por Despesas de Funcionamento e de Investimento – Mapa E;
- f) Despesas para Funcionamento segundo a Classificação Orgânica e de Grupo de Despesa (Nível Central) – Mapa F;
- g) Despesas para Funcionamento segundo a Classificação Orgânica e de Grupo de Despesa (Nível Provincial) – Mapa G;
- h) Despesas para Funcionamento segundo a Classificação Orgânica e de Grupo de Despesa (Nível Distrital) – Mapa H;
- i) Despesas para Investimento, segundo a Classificação Orgânica e a Origem de Financiamento (Nível Central) – Mapa I;
- j) Despesas para Investimento, segundo a Classificação Orgânica e a Origem de Financiamento (Nível Provincial) – Mapa J;
- k) Despesas para Investimento, segundo a Classificação Orgânica e a Origem de Financiamento (Nível Distrital) – Mapa K;
- l) Fundo de Compensação Autárquica – Mapa L;
- m) Investimento Autárquico – Mapa M.

### ARTIGO 4

#### (Receitas)

1. O Governo deve assegurar a arrecadação de receitas no valor de 120.492.305,71 mil Meticais, assim distribuídas:

a) Receitas Fiscais	100.829.930,22 mil MT
b) Receitas não Fiscais	9.210.079,10 mil MT
c) Receitas Consignadas	7.635.138,66 mil MT
d) Receitas de Capital	2.817.157,73 mil MT

2. O Governo deve mobilizar recursos necessários à cobertura do défice orçamental referido na alínea *c*) do artigo 2 da presente Lei, no montante de 68.227.537,80 mil Meticais.